

**AENDRIA DE SOUZA
DO CARMO**

**A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA
DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO
E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A
LIVRE CONCORRÊNCIA**



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2015, D'Plácido Editora.
Copyright © 2015, Aendria de Souza do Carmo.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Leticia Robini de Souza

Diagramação
Tales Leon de Marco

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-002

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

CARMO, Aendria de Souza do

A Imunidade Tributária das Instituições de Educação e de Assistência Social e a Livre Concorrência -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2015.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-107-0

1. Imunidade tributária. 2. Livre concorrência. 3. Instituição educacional. 4. Assistência social. 5. Instituição beneficente. 6. Interação e harmonia constitucional I. Título II. Aendria de Souza do Carmo III. Direito

CDU340

CDD341.39

SUMÁRIO

Prefácio 1	17
Prefácio 2	21
1. Introdução	31
2. Mercado e tributação	35
2.1. Mercado: seus aspectos e sua interseção com a tributação	35
2.2. Tributação: seus aspectos e sua interseção com o mercado	48
2.3. O Direito Econômico, o Direito Tributário e a Constituição	60
3. Imunidades tributárias e livre concorrência – confluência – tensão – argumentos sobre o conflito entre essas normas	65
4. Imunidades tributárias	75
4.1. Conceito e fundamentos genéricos da imunidade tributária	76
4.1.1. Imunidade tributária como limitação, exclusão ou supressão do poder de tributar	78
4.1.2. Imunidade tributária como hipótese de não incidência constitucionalmente qualificada	82
4.1.3. Imunidade tributária e direitos fundamentais	86
4.1.4. A imunidade tributária como princípio constitucional – Efeitos da distinção na interpretação com a livre concorrência	91
4.1.5. Imunidade e isenção tributária – isenção e livre concorrência	99
4.2. Breve relato da origem e evolução histórica das imunidades tributárias	104
4.3. Esboço histórico das imunidades tributárias no Brasil	112
4.3.1. Imunidades tributárias no Brasil Colônia e na Constituição Política do Império do Brasil de 1824	114

4.3.2. Imunidades tributárias na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.....	115
4.3.3 Imunidades tributárias na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.....	115
4.3.4. Imunidades tributárias na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.....	116
4.3.5. Imunidades tributárias na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	117
4.3.6. Imunidades tributárias na Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.....	119
4.3.7. Imunidades tributárias na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	121
4.4. Classificação das imunidades tributárias.....	128
4.4.1. Imunidades genéricas e específicas.....	129
4.4.2. Imunidades excludentes e incisivas.....	131
4.4.3. Imunidades subjetivas, objetivas e mistas.....	131
4.4.4. Imunidades ontológicas e políticas.....	133
4.4.5. Imunidades explícitas e implícitas.....	135
4.4.6. Imunidades incondicionadas e condicionadas.....	136

5. Espécies imunizantes e o ponto de contato de cada uma com a livre concorrência..... 139

5.1. A imunidade tributária recíproca.....	141
5.2. A imunidade tributária dos templos de qualquer culto.....	146
5.3. A imunidade tributária dos partidos políticos, inclusive suas fundações.....	153
5.4. A imunidade tributária das entidades sindicais dos trabalhadores.....	154
5.5. A imunidade tributária das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.....	157
5.5.1. A imunidade tributária das instituições de educação sem fins lucrativos.....	159
5.5.2. A imunidade tributária das instituições de assistência social sem fins lucrativos.....	193
5.6. Imunidades em que é impossível avarar a lesão direta à livre concorrência.....	213
5.6.1. A imunidade tributária dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão.....	213

5.6.2. A imunidade tributária de fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil	217
---	-----

6. Livre concorrência 219

6.1. Concorrência: conceito, evolução e previsão legal	220
6.2. Poder econômico e seu abuso	241
6.3. Lei de defesa da concorrência brasileira: titular da proteção concorrencial - ilícitos concorrenciais e suas penalidades	244
6.4. Verificação da situação de concorrência e os elementos de análise para configuração de lesão à livre concorrência	250
6.5. Decisões do Cade sobre a livre concorrência e a imunidade tributária das instituições sem fins lucrativos	255
6.6. Concorrência desleal	265

Conclusão 269

Referências 279